
INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20

NIRE 35.300.48875-0

Proposta da Administração e Manual para Participação

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada em 29 de abril de 2026**

30 de março de 2026

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
MANUAL DE PARTICIPAÇÃO.....	7
1. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	7
2. Instalação da Assembleia	7
3. Orientações para Participação e Representação na Assembleia.....	7
ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	20
ANEXO II - INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	56

INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20
NIRE nº 35.300.48875-0

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 4.777, 12º andar, conjunto A, Jardim Universidade Pinheiros, CEP 05477-902, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 17.314.329/0001-20 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 14:00 horas (“**Assembleia**” ou “**AGOE**”), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital “*Zoom Meetings*” (“**Plataforma Digital**”), que proverá o acesso à Assembleia, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, parágrafo 2º-A, ambos da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 5º, parágrafo 2º, I, e 28 da Resolução CVM 81, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar em 6 o número de membros do Conselho de Administração para o mandato atual.

Instruções e Informações Gerais

A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática histórica adotada pela Companhia; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital se apresentar como forma de reduzir o absenteísmo nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da Assembleia nesta modalidade.

Nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, bem como da Resolução CVM 81, os acionistas que desejarem participar da Assembleia ora convocada, deverão observar as instruções detalhadas neste edital de convocação ("**Edital de Convocação**") e na proposta da administração relativa à Assembleia ora convocada, divulgada nesta data pela Companhia ("**Proposta da Administração**").

Documentos de Representação

Para participar e votar na Assembleia, por meio da Plataforma Digital ou à distância, mediante envio do Boletim de Voto, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de titulares de ações emitidas pela Companhia, por meio do envio à Companhia dos documentos indicados neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, incluindo (i) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da AGOE, observado que, nos termos do artigo 6º, § 5º da Resolução CVM 81 e dos artigos 31 e 35 da Lei das Sociedades por Ações, **independentemente do envio deste documento**, a comprovação da condição de acionista exigida nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações será verificada com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, fornecidos pelo agente responsável pela escrituração de suas ações; e (ii) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (ii) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (iii) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica ("**Documentos de Representação**").

Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor

(conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso.

Participação por meio da Plataforma Digital

Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, para participar e votar na Assembleia, por meio da Plataforma Digital, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail ri@grupoimc.com.br, acompanhada dos Documentos de Representação, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (isto é, até às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2026), conforme previsto no artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

As informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital estão disponíveis na Proposta da Administração, que poderá ser acessada por meio dos *websites* da Companhia (<https://ri.internationalmealcompany.com/>), da CVM ([gov.br/cvm](https://www.gov.br/cvm)) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Participação por meio de Boletim de Voto

Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a Assembleia ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância (“**Boletim de Voto**”) disponível nos *websites* da Companhia (<https://ri.internationalmealcompany.com/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, a **Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na Assembleia**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na Assembleia.

Nos termos do artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81 e do artigo 32, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, seu Conselho Fiscal não tem funcionamento em caráter permanente e, na data deste Edital de Convocação não se encontra instalado. Nesse sentido, nos termos do artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, (“**Resolução CVM 70**”), acionistas da Companhia, representando no mínimo 2,0% (dois por cento) do total de ações com direito a voto, poderão requerer sua instalação.

Estarão à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (<https://ri.internationalmealcompany.com/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/), este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem

como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81.

São Paulo, 30 de março de 2026.

Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond
Presidente do Conselho de Administração

INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20

NIRE 35.300.48875-0

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

1. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Assembleia Geral Ordinária é a reunião anual obrigatória dos acionistas da Companhia, realizada, em data a ser escolhida pela Companhia, nos primeiros 04 (quatro) meses após o encerramento de cada exercício social, conforme determinado pelo art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**“Lei das Sociedades por Ações”**). Ela tem como finalidades principais: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, bem como (iii) fixar a remuneração global anual para os integrantes da Administração da Companhia (**“AGO”**).

A Assembleia Geral Extraordinária, por sua vez, traduz-se pela reunião dos acionistas da Companhia, realizada sempre que é necessária a deliberação acerca de assuntos que, na forma da Lei das Sociedades por Ações, necessitam de sua aprovação expressa e/ou que sejam de sua competência exclusiva (**“AGE”**).

Em ocasiões em que ambas são necessárias, a Lei das Sociedades por Ações permite que ambas sejam cumulativamente convocadas para o mesmo local, data e horário, bem como que sejam lavradas em uma única ata.

2. Instalação da Assembleia

Nos termos do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a AGO instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia.

Caso não se atinja o quórum de instalação mencionado, será providenciada segunda convocação da Assembleia, mediante a publicação de novo edital, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, ocasião na qual a respectiva Assembleia instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

3. Orientações para Participação e Representação na Assembleia

A participação dos acionistas na Assembleia ora convocada poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que devidamente habilitado – em ambos os casos, por meio da plataforma digital **“Zoom Meetings”**

(“**Plataforma Digital**”), que proverá o acesso à Assembleia, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, parágrafo 2º-A, ambos da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 5º, parágrafo 2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), ou por meio do envio de Boletim de Voto (conforme definido abaixo), nos termos da Resolução CVM 81.

Nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro da Lei das Sociedades por Ações, bem como da Resolução CVM 81, os acionistas que desejarem participar da Assembleia ora convocada deverão observar as instruções contidas no edital de convocação (“**Edital de Convocação**”) e nesta proposta da administração (“**Proposta da Administração**”), e poderão:

- (i) simplesmente participar da Assembleia, por meio da Plataforma Digital, independentemente de ter enviado o Boletim de Voto; ou
- (ii) participar e votar na Assembleia, ressalvado que o acionista que já tiver enviado o Boletim de Voto e que, mesmo assim, desejar exercer seu direito de voto diretamente na Assembleia, terá todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto indistintamente desconsideradas; ou, ainda;
- (iii) exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio do Boletim de Voto.

3.1 Documentos de Representação

Para participar e votar na Assembleia, por meio da Plataforma Digital ou à distância, mediante envio do Boletim de Voto, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de titulares de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos (“**Documentação de Representação**”):

- (i) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural;
- (ii) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos;
- (iii) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica; e
- (iv) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da Assembleia. Sem prejuízo do disposto neste item, a Companhia destaca que, nos termos do artigo 6º, § 5º da Resolução CVM 81 e dos artigos 31 e 35 da Lei das Sociedades por Ações, **independentemente do envio deste documento**, a comprovação da condição de acionista

exigida nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações será verificada com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, fornecidos pelo agente responsável pela escrituração de suas ações.

Para maior clareza a respeito da documentação necessária para habilitação dos acionistas no âmbito da Assembleia ora convocada, segue abaixo a relação de documentos a serem apresentados à Companhia, segregada de acordo com a natureza jurídica de cada acionista:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Natural	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista, de seu representante legal ou procurador, conforme o caso ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto ou contrato social (ou outro documento constitutivo que seja aplicável ao acionista) consolidado e atualizado	-	X	X
Instrumento de mandato, devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista;	X	X	X
Documentação hábil que comprove conforme o caso outorga de poderes inclusive representação, conforme o caso, aos signatários do instrumento de mandato e/ou aos representantes legais do acionista ⁽²⁾	X ⁽³⁾	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo, acompanhado dos atos constitutivos de seu gestor e/ou administrador;	-	-	X

(1) Documentos de identidade aceitos: (a) Carteira de Identidade Civil (RG); (b) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) expedida pela Polícia Federal; (c) Passaporte, dentro da validade; (d) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); ou (e) Carteira Nacional de Habilitação com foto, dentro da validade;

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

(3) No caso de representação por procurador.

Para os fins dos documentos previstos no subitem “(iii)” acima, a Companhia acatará (a) estatutos e contratos sociais, em certidão do respectivo órgão de registro, cópia simples do original, desde que acompanhada de certidão emitida pelo órgão registrador, atestando o registro do documento; cópia autenticada do ato registrado; e (b) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista. Caso tal ato corresponda a uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento e publicação do ato no registro competente.

No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente.

No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por eles, na forma da legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural: por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil; (ii) se pessoa jurídica: por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento: pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. Em todos os casos a representação poderá ser comprovada por instrumento público ou particular, sendo certo que, nos casos em que as procurações sejam outorgadas por meio de instrumento particular, será necessária a apresentação do original, com reconhecimento de firma do outorgante, ou nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil ou por meio do portal “Gov.br”.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização ou apostilamento, conforme aplicável. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos da Lei, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente, para esta Assembleia, **dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, nos Boletins de Voto assinados no território brasileiro, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, bem como dos Boletins de Voto assinados fora do território brasileiro, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em português.**

3.2. Participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital

Observados os procedimentos previstos no Edital de Convocação divulgado pela Companhia para fins da presente Assembleia, para participar e votar, por meio da Plataforma Digital, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail “ri@grupoimc.com.br”, acompanhada dos Documentos de Representação, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (isto é, até às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2026), conforme previsto no artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores acionistas que manifestarem seu interesse em participar na Assembleia por meio da Plataforma Digital, após a análise da Documentação de Representação enviada e da comprovação da titularidade de suas ações, estejam aptos a participar da Assembleia, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização da Plataforma Digital pelo acionista (“**Acionista Credenciado**”).

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções e o convite eletrônico individual necessários para participação do Acionista Credenciado somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na presente Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados abaixo). **Os convites eletrônicos individuais recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

O Acionista Credenciado poderá participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital com recursos de vídeo e áudio, devendo os senhores acionistas manter as suas respectivas câmeras ligadas durante todo o curso da Assembleia com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada.

Somente serão admitidos pelos convites eletrônicos individuais os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Caso não receba o convite eletrônico individual para participação na Assembleia com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, o Acionista Credenciado deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 93739-1686 com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Acionista Credenciado seja liberado mediante o envio de novo convite eletrônico individual.

Nesse sentido, visando à segurança da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital será restrito aos senhores acionistas da Companhia que se credenciem no prazo previsto (isto é, até às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2026), nos termos da Resolução CVM 81, do Edital de Convocação e da presente Proposta da Administração. **Dessa forma, caso os senhores acionistas não enviem a solicitação de credenciamento no prazo acima referido, não será possível à Companhia garantir a participação de tais acionistas digitalmente na Assembleia.**

O acionista que porventura enviar Boletim de Voto também poderá, caso queira, credenciar-se para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, desde que a solicitação seja realizada em observância aos procedimentos e aos prazos previstos na presente Proposta da Administração. Nesse caso, se tal acionista desejar votar nas matérias da Assembleia durante a sua respectiva participação por meio da Plataforma Digital, **a Companhia esclarece que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto identificado por meio do número de CNPJ/MF ou CPF/MF, conforme o caso, serão desconsideradas**, nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, inciso II, e parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com **antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia**, a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. **A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e**

outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista).

Por fim, a Companhia esclarece que, consoante o previsto no artigo 28, parágrafo 1º, inciso II, da Resolução CVM 81, a Assembleia será integralmente gravada e, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81, o Acionista Credenciado que participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital será considerado presente e assinante da respectiva ata.

3.3. Participação mediante envio do Boletim de Voto

Observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas nesta Proposta da Administração, o acionista que desejar participar da Assembleia ora convocada poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia, disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (<https://ri.internationalmealcompany.com/>), da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), nos termos da Resolução CVM 81 (“Boletim de Voto”).

O acionista poderá optar por transmitir as instruções de voto: (i) diretamente às instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja a Itaú Corretora de Valores S.A.; (iii) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas; ou (iv) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados acima e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas nesta Proposta da Administração.

A Companhia esclarece que, nos termos do Parágrafo Único do artigo 49 da Resolução CVM 81, as Instruções de Voto relativas que sejam encaminhadas antes da data de realização da Assembleia em primeira convocação serão consideradas normalmente na hipótese de novas convocações da Assembleia, desde que a instalação da Assembleia em segunda convocação não ultrapasse 30 (trinta) dias da data em que a Assembleia originalmente seria realizada e o conteúdo do Boletim de Voto não tenha sido alterado.

3.1.1. Envio do Boletim de Voto à Companhia

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar o Boletim de Voto acompanhado da Documentação de Representação, exclusivamente por e-mail para o endereço eletrônico “ri@grupoimc.com.br”, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores e **assegurar que a Companhia os receba até 04 (quatro) dias antes da data da Assembleia a cópia do Boletim de Voto relativo à Assembleia devidamente preenchido, rubricado e assinado, bem como a Documentação de Representação exigida nos termos do Edital de Convocação e do item 0 da presente Proposta da Administração.**

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da Documentação de Representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e

procedimentos estabelecidos na Resolução da CVM 81 e na presente Proposta da Administração.

É imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no CNPJ/MF ou no CPF/MF, conforme o caso, além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do Boletim de Voto deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

A Companhia comunicará o acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto e da Documentação de Representação, se os documentos recebidos (i) são suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim de Voto ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos necessários à sua regularização, sendo certo que ele poderá ser regularizado, nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Resolução CVM 81 até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

Após o decurso do prazo mencionado, conforme orientação contida no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, caso remanesçam itens preenchidos incorretamente e/ou não preenchidos nos Boletins de Voto apresentados, desde que a documentação de representação tenha sido recepcionada e validada, a Companhia informa que considerará tais itens como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

3.1.2. Envio das Instruções de Voto aos Agentes de Custódia

Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3 poderão transmitir as instruções de voto por meio de tais Agentes de Custódia, caso estas prestem esse serviço. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, nos termos do §4º do Artigo 27 da Resolução CVM 81, recomendamos que o acionista verifique se o seu respectivo Agente de Custódia está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos e custos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

3.1.3. Envio das Instruções de Voto aos Escriturador da Companhia

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja o **Itaú Corretora de Valores S.A.** Nesse caso, os acionistas deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital para realizar a transmissão de suas instruções de voto. Informações sobre o cadastro e passo a passo

para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

3.1.4. Envio das Instruções de Voto ao Depositário Central

Os acionistas poderão enviar o Boletim de Voto para o depositário central no qual as ações estejam depositadas (“**Depositário Central**”), devendo verificar com a instituição os procedimentos para o exercício do direito de voto.

No caso de acionistas detentores de ações depositadas na B3, o voto à distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pela B3. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio desta modalidade deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Depositário Central da B3 por meio da “Área do Investidor”, disponível no endereço eletrônico www.investidor.b3.com.br.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20

NIRE 35.300.48875-0

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

A administração da Companhia ("**Administração**"), expõe a seguir aos seus acionistas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia ora convocada ("**Ordem do Dia**"), bem como a proposta da Administração para cada uma delas.

Em sede de Assembleia Geral Ordinária

I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as contas da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("**Demonstrações Financeiras**"), incluindo o relatório da Administração, o relatório dos auditores independentes e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, divulgadas ao mercado em 30 de março de 2026.

A publicação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, foi realizada em 30 de março de 2026, no jornal "Diário Comercial do Estado".

Adicionalmente, a Companhia informa que o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP foi divulgado no sistema IPE-Online na mesma data da disponibilização das Demonstrações Financeiras, qual seja, 30 de março de 2026.

Em atenção ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa a V.Sas. que os comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, constam do **Anexo I** desta Proposta da Administração ("**Comentários da Administração**").

Os Comentários da Administração, as Demonstrações Financeiras e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, foram devidamente disponibilizados e estão disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (<https://ri.internationalmealcompany.com/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/)

Proposta da Administração

A Administração recomenda a V.Sas. que examinem detalhadamente documentos colocados à sua disposição e, após, aprovem as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sem quaisquer ressalvas.

II. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

A Companhia apurou, conforme Demonstrações Financeiras, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, prejuízo de R\$ (148.967.892,05).

Em razão disso, e da inexistência de saldo em reservas de lucro capazes de absorvê-lo, a Administração da Companhia propõe que o prejuízo de R\$(148.967.892,05) seja integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados, conforme abaixo:

Absorção de prejuízos	R\$
Prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2024	(76.278.267,00)
Prejuízos acumulados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	(148.967.892,05)
Reservas de Lucros	-
Reserva Legal	-
Saldo de Prejuízos Acumulados após absorção pelas Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2025	(795.628.922,88)

Em vista de ter sido apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM, nos autos do Processo CVM RJ2010/14687, de 27 de setembro de 2011.

Proposta da Administração:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas que examinem detidamente a proposta de destinação do resultado descrita acima e que a aprovem sem ressalvas. A recomendação de aprovação da proposta se justifica pelo fato de ter sido formulada em estrita observância ao disposto nos artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações.

III. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026

A remuneração global anual dos administradores consiste na retribuição em dinheiro e sob a forma de outros benefícios, por parte da Companhia, pelos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria (“**Administradores**”). O valor é aprovado de forma global, ou seja, é fixado o limite dentro do qual a Administração da Companhia fará a distribuição entre seus membros, observadas suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, os riscos que assumem e o valor de mercado deste tipo de serviço.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no **Anexo II** desta Proposta da Administração.

Adicionalmente, para uma melhor compreensão pelos senhores acionistas da proposta de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026, e em linha com as orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, a Companhia lista, a seguir, algumas informações adicionais relacionadas à proposta de remuneração apresentada.

(a) Valor Global da Remuneração e período a que se refere a presente proposta:

Para o período entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, a Companhia propõe o montante de R\$ R\$ 16.209.388,60 como limite para a remuneração global dos administradores.

O limite do valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável (máxima), direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência da remuneração baseada em ações da Companhia. Vale esclarecer, ainda, que montante proposto não considera tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus da Companhia.

(b) Valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados:

Subordinado à efetiva deliberação do Conselho de Administração distribuindo a remuneração entre os órgãos, estima-se a atribuição do montante global de: (i) até R\$ 14.085.104,84 para a Diretoria; e (ii) até R\$ 2.124.283,76 para o Conselho de Administração.

Comparação da remuneração proposta neste exercício com a remuneração realizada no exercício anterior

O quadro a seguir apresenta as diferenças entre a proposta de remuneração deste exercício e a remuneração do exercício anterior.

Diferença – Valores da proposta atual e da realizada no exercício anterior:		
Órgão	Valores 2025 Realizados	Valores 2026 Propostos
Diretoria	R\$27.781.750,40	R\$14.085.104,84
Conselho de Administração	R\$3.226.037,17	R\$2.124.283,76

A diferença entre os valores propostos entre 2025 e 2026 decorre principalmente do ajuste de determinadas regras para o atingimento das metas o que ocasiona uma redução no *payout* previsto para 2026.

A Administração ressalta que tanto os valores ora propostos quanto os valores evidenciados na Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia, conforme **Anexo II** à presente Proposta da Administração, se referem ao mesmo período, o qual coincide com o exercício social da Companhia e são congruentes entre si.

Proposta da Administração

A Administração propõe a fixação do limite da remuneração global anual dos Administradores da Companhia (isto é, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia), para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, no montante de até R\$ R\$ 16.209.388,60 (dezesesseis milhões, duzentos e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

A recomendação de aprovação da proposta se justifica pelo fato de que ela foi formulada em estrita observância ao artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de mercado de seus serviços e à Política de Remuneração da Companhia.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária

I. fixar em 6 o número de membros do Conselho de Administração para o mandato atual

Nos termos do caput do artigo 19, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 7 membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, os acionistas aprovaram, entre outras matérias, (a) a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia em 7 membros, com mandato unificado de 2 anos, o qual se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 (“**Mandato Vigente**”), e (b) a eleição dos 7 membros para compor o Conselho de Administração durante o Mandato Vigente.

Em 29 de agosto de 2025, o Sr. Joseph B. Call renunciou ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. Após a renúncia, o Conselho de Administração da Companhia passou a ser composto por 6 membros, sendo 3 membros independentes e 3 membros efetivos.

Diante disso, o Conselho de Administração passou a ser composto por 6 membros, conforme abaixo.

Nome	Cargo
Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond	Presidente do Conselho de Administração e membro independente
Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho	Conselheira Independente
Francisco Tosta Valim Filho	Conselheiro Efetivo
Lucas Santos Rodas	Conselheiro Independente
Fued Elias Sadala Junior	Conselheiro Independente
Ricardo Figueiredo Bomeny	Conselheiro Efetivo

Proposta da Administração

Considerando que a atual composição do Conselho de Administração é de 6 membros, sendo que a quantidade mínima de conselheiros independentes continua sendo observada, em atenção ao Artigo 19, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social, a administração da Companhia propõe que os acionistas aprovem que o número de membros do Conselho de Administração seja fixado em 6 membros para o Mandato Vigente.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20

NIRE 35.300.48875-0

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A

SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

*(nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, conforme
Resolução da CVM nº 80/2022 e Resolução da CVM nº 81/2022)*

2.1. - Condições financeiras e patrimoniais:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB (“IASB”).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

As informações constantes nesta seção 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com a demonstração financeira consolidada referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, publicada no dia 30 de março de 2026, disponíveis em nosso site (<http://ri.internationalmealcompany.com/>) e na página de internet da CVM.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita líquida da Companhia é gerada, principalmente, pelas vendas de alimentos, bebidas, combustíveis para automóveis, além de serviços correlatos, em rodovias, aeroportos, shopping centers, entre outros. Os principais gastos incluem custos com vendas de alimentos e combustíveis, mão-de-obra direta, depreciação e amortização de ativos operacionais, despesas administrativas e operacionais (principalmente despesas relacionadas a concessões, locação, manutenção de instalações e salários de seus profissionais), despesas comerciais e despesas financeiras.

Principais métricas de liquidez e financeira

A Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os negócios.

(Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio líquido	859.642	1.041.298
Índice de liquidez corrente ⁽¹⁾	1,0	0,8
Dívida Bruta ⁽²⁾	926.620	1.267.281
Dívida Líquida ⁽³⁾	755.431	1.049.485
Índice de endividamento total ⁽⁴⁾	1,7	1,7

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente refere-se ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

⁽²⁾ A dívida bruta corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e passivo de arrendamento (“direito de uso”), líquido dos instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

⁽³⁾ A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e passivo de arrendamento (“direito de uso”), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

⁽⁴⁾ O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante; pelo (ii) patrimônio líquido da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 609.981 mil e um passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 606.305 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,0.

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 485.566 mil e um passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 624.544 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,8.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total foi de 1,7.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total foi de 1,7.

Com base nas informações acima descritas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados, a Diretoria entende que a Companhia possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Considerando-se, também outros fatos importantes para sua posição, como:

Aspectos macroeconômicos relevantes para a Companhia e suas controladas

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores externos como desenvolvimento macroeconômico, taxa de desemprego e inflação, dos países em que a Companhia opera, sobretudo do Brasil.

A seguir são analisados alguns dos principais aspectos macroeconômicos relevantes para os setores de atuação da Companhia, bem como os seus impactos nas suas condições financeiras e patrimoniais gerais nos últimos exercícios sociais.

Cenário macroeconômico do Brasil

A maior parte das operações da Companhia é conduzida no Brasil e é influenciada pelo ambiente econômico brasileiro. O PIB (produto Interno Bruto) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 2,3% e 3,5%, respectivamente.

A inflação medida pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, foi de 4,26% e 4,83% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa SELIC era 15,00% e 12,25%, respectivamente.

O desemprego apresentou uma taxa de 5,6% e 6,6% em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente,

Em 31 de dezembro de 2025, a perspectiva de crédito do Brasil se manteve estável tal como em 2024 com nota de Ba2 pela agência Moody’s e BB pela agência Standard & Poor’s.

Os principais indicadores macroeconômicos responsáveis pelo cenário econômico brasileiro durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão indicados na tabela abaixo.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Crescimento real do PIB ⁽¹⁾	2,30%	3,50%
Inflação IGP-M ⁽²⁾	8,44%	6,54%
Inflação IPCA ⁽³⁾	4,26%	4,83%
Taxa de depósito interbancário - CDI ⁽⁴⁾	14,33%	12,15%
Taxa Selic ⁽⁵⁾	15,00%	12,25%
Taxa de juros de longo prazo (TJLP) ⁽⁶⁾	8,66%	7,43%
Valorização (depreciação) do real frente ao dólar (fim)	12,54%	(27,91)%
Taxa de câmbio no final do período - ⁽⁷⁾	5,5024	6,1923
Valorização (depreciação) do real frente ao dólar (médio)	8,78%	(8,78)%
Taxa de câmbio média - US \$ 1,00 ⁽⁸⁾	5,5907	5,3903
⁽¹⁾ PIB brasileiro conforme publicado usando a nova metodologia do IBGE. ⁽²⁾ O IGP-M é medido pela FGV, representando os dados cumulativos dos últimos 12 meses para cada período. ⁽³⁾ IPCA é medido pelo IBGE, representando os dados cumulativos dos últimos 12 meses para cada período. ⁽⁴⁾ O CDI é a média de taxa overnight interbancária no Brasil (taxa cumulativa para o período indicado). ⁽⁵⁾ A taxa SELIC é a taxa de empréstimo overnight do Banco Central. Refere-se à taxa alvo no final de cada período. ⁽⁶⁾ A TJLP é o custo básico do financiamento concedido pelo BNDES. Refere-se à taxa alvo no final de cada período. ⁽⁷⁾ Taxa de fechamento no final de cada período apresentado (PTAX venda). ⁽⁸⁾ Média das taxas de fechamento diárias nos períodos apresentados (PTAX venda).		

Fontes: Banco Central, IBGE, CETIP e Bloomberg

Cenário macroeconômico do Estados Unidos

Os Estados Unidos são a maior economia do mundo, tendo alcançado um produto interno bruto (PIB) de US\$ 29.184.890, em 31 de dezembro de 2025, e US\$ 27.720.710, em 31 de dezembro de 2024. O PIB dos Estados Unidos teve um crescimento de 2,2% entre 2025 e 2024. A taxa de desemprego é uma das menores do mundo voltando ao patamar de 4,4%.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

A estrutura de capital é mensurada principalmente pela relação entre a dívida (de qualquer natureza) sobre o patrimônio líquido da Companhia.

A estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, era composta por 63% de capital de terceiros e 37% de capital próprio. Em 31 de dezembro de 2024, compunha-se de 63% de capital de terceiros e 37% de capital próprio. A estrutura de capital da Companhia está demonstrada no quadro abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	1.446.147	1.755.571
Patrimônio líquido (capital próprio)	859.642	1.041.298
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	2.305.789	2.796.869
Capital de terceiros ⁽¹⁾	63%	63%
Capital próprio ⁽²⁾	37%	37%
⁽¹⁾ O capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.		
⁽²⁾ O capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.		

A Companhia demonstrou capacidade de cumprir seus compromissos financeiros, utilizando fontes de financiamento como o mercado de capitais e linhas de crédito bancárias. A estrutura da dívida consolidada era composta por: (i) emissões de debêntures; e (ii) financiamentos.

(c) comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as necessidades de tesouraria e financiamento da Companhia foram cobertas com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas (direta e indiretas) e com a utilização de instrumentos bancários de financiamento.

A Companhia apresenta a seguir a relação dívida líquida / EBITDA Ajustado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida líquida ⁽¹⁾	755.431	1.049.485
Capital Circulante Líquido (CCL)	1,01	0,78
⁽¹⁾ A Dívida Líquida corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas, passivos de arrendamento (“direitos de uso”), líquido dos instrumentos financeiros derivativos e deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.		

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, envidará os melhores esforços para contratá-los, porém a Companhia poderá enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na presente data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia busca sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía um total de R\$ 469.533 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um total de R\$ 578.529 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela e o texto a seguir apresentam as principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia com terceiros, bem como os respectivos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais)	Encargos	Vencimento	Saldo em 31 de dezembro de	
			2025	2024
Empréstimo modalidade 4131(a)	CDI+ spread de 2,23% a.a.	Anual até 23/10/2025	-	30.652
Empréstimo modalidade 4131(b)	CDI+ spread de 2,23% a.a.	Anual até 24/11/2025	-	50.500
Finame(c)	Selic+spread de 3,45% a.a	Mensal até 31/10/2027	33.278	30.409
Debêntures 3ª série (d)	CDI+spread de 3,60% a.a.	Semestral até 15/03/2028	190.158	208.284
Debêntures 4ª série(e)	CDI+spread de 4,20% a.a.	Anual de 11/10/2025 até 11/10/2028	131.801	206.412
Debêntures 5ª série(f)	CDI+spread de 4,20% a.a.	Anual de 19/12/2025 até 19/12/2028	35.212	60.260
Empréstimo modalidade 4131(g)	CDI+spread de 2,91% a.a.	04/11/2026	30.912	-
Empréstimo modalidade 4131(h)	CDI+spread de 2,95% a.a.	18/12/2026	51.879	-
Empréstimo	Variavel + 1,7% a.m.	23/01/2030	2.647	-
Custas a apropriar			(6.354)	(7.988)
TOTAL			469.533	578.529

Seguem abaixo as descrições dos contratos financeiros celebrado pela Companhia e/ou suas controladas vigentes em 31 de dezembro de 2025:

- (a) No dia 28 de outubro de 2024, a Companhia realizou a captação de um empréstimo na modalidade 4131 com o Banco do Brasil no montante de R\$30.000 (trinta milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,23% ao ano, vencimento em 23 de outubro de 2025, com pagamento de juros e principal na data de vencimento. Não foi estabelecido cláusulas de *covenants* financeiros no contrato.
- (b) No dia 29 de novembro de 2024, a Companhia realizou a captação de um empréstimo na modalidade 4131 com o Banco do Brasil no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,23% ao ano, vencimento em 24 de novembro de 2025, com pagamento de juros e principal na data de vencimento. Não foi estabelecido cláusulas de *covenants* financeiros no contrato.
- (c) No dia 28 de outubro de 2024, a Companhia realizou a captação de um empréstimo BNDES Finame com o Bradesco no montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios correspondentes Selic, acrescida de spread (sobretaxa) de 3,45% ao ano, com pagamento de juros trimestrais de 17 de fevereiro a 17 de novembro de 2025 e principal e juros mensais a partir de 15 de dezembro de 2025 a 16 de novembro de 2027. Não foi estabelecido cláusulas de *covenants* financeiros no contrato.

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
Recebíveis	Transitar 10% dos recebíveis referente aos domicílios definidos na conta vinculada da operação

- (d) No dia 15 de março de 2023, foi concluída a 3ª emissão de debêntures (MEAL13). No âmbito da emissão e da oferta foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias real e fidejussória adicionais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na sua data de emissão, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa *spread* de 3,60% ao ano, e prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com vencimento em 15 de março de 2028. As parcelas e juros serão pagos semestralmente, sendo que há carência da amortização do principal nos 3 primeiros anos. As cláusulas de *covenants* estabelecidas no contrato são acompanhadas trimestralmente conforme índices financeiros abaixo:

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
Dívida Líquida/EBITDA	< 3,0x a partir de junho/2023
Desinvestimentos	≤ 500M até 24/04/2027

- (e) No dia 11 de outubro de 2023, foi concluída a 4ª emissão de debêntures (MEAL14). No âmbito da emissão e da oferta foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias real e fidejussória adicionais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na sua data de emissão, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa *spread* de 4,20% ao ano, e prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com vencimento

em 11 de outubro de 2028. As parcelas e juros serão pagos semestralmente, sendo que há carência da amortização do principal nos 2 primeiros anos. As cláusulas de *covenants* estabelecidas no contrato são acompanhadas trimestralmente conforme índices financeiros abaixo:

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida/EBITDA	< 3,0x a partir de dezembro de 2023
Desinvestimentos	≤ 500M até 27/02/2027

- (f) No dia 22 de dezembro de 2023, foi concluída a 5ª emissão de debêntures (MEAL15). No âmbito da emissão e da oferta foram emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias real e fidejussória adicionais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na sua data de emissão, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa spread de 4,20% ao ano, e prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com vencimento em 22 de dezembro de 2028. As parcelas e juros serão pagos semestralmente, sendo que há carência da amortização do principal nos 2 primeiros anos. As cláusulas de *covenants* estabelecidas no contrato são acompanhadas trimestralmente conforme índices financeiros abaixo.

<u>Descrição da cláusula restritiva</u>	<u>Índice requerido</u>
Dívida Líquida/EBITDA	< 3,0x a partir de dezembro de 2023
Desinvestimentos	≤ 500M até 03/04/2027

- (a) No dia 26 de outubro de 2025, a Companhia realizou a captação de um empréstimo na modalidade 4131 com o Banco do Brasil de Londres, Reino Unido no montante de US\$5.600, R\$30.000 (trinta milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,91% ao ano, vencimento em 4 de novembro de 2026, com pagamento de juros semestral e o principal na data de vencimento.
- (g) No dia 29 de novembro de 2025, a Companhia realizou a captação de um empréstimo na modalidade 4131 com o Banco do Brasil de Londres, Reino Unido no montante de US\$9.374, R\$51.500 (cinquenta e um milhões e quinhentos milreais), com taxa de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,95% ao ano, vencimento em 21 de dezembro de 2026, com pagamento de juros semestral e o principal na data de vencimento.

Garantias e compromissos

O Grupo possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo pague os empréstimos antes da data indicada na tabela acima. As cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. Para data-base 31 de dezembro de 2025 o Grupo atendeu aos índices exigidos.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

O nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha nos permite ter acesso a linhas de créditos adicionais não contratadas, na hipótese de haver necessidade, desde que não excedam as limitações estabelecidas em contratos anteriormente firmados. As operações mais relevantes encontram-se detalhadas no item 2.1(f)(i) acima. Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Consolidado
2027	141.289
2028	93.350
	237.810

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Atualmente, a Companhia possui certas restrições, negociáveis, impostas em seus contratos atuais de empréstimos, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras; (iv) e de cumprimento de índice de dívida líquida EBITDA, conforme descritos no item 2.1(f)(i) acima.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía um total de R\$ 469.533 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um total de R\$ 578.529 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

A Companhia não possui limites de empréstimos aprovados e não contratados, tampouco não utilizados.

(b) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro 2025	AV (%)	Em 31 de dezembro 2024	AV (%)	AH (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.729.658	100%	1.810.794	100%	-4%
CUSTO DE VENDAS E SERVIÇOS	(1.154.864)	-67%	(1.219.881)	-67%	-5%
LUCRO BRUTO	574.794	33%	590.913	33%	-3%
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas de vendas e operacionais	(450.975)	-26%	(481.937)	-27%	-4%
(Despesa) reversão com perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(167.343)	-10%	(194.989)	-11%	-14%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	85.193	5%	106.272	6%	-10%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.091)	0%	30.252	2%	-104%
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40.578	2%	50.511	3%	-20%
Resultado financeiro, líquido	(125.668)	-7%	(113.119)	-6%	11%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(85.090)	12%	(62.608)	-3%	38%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.422)	0%	(16.362)	-1%	-174%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(54.399)	-3%	28.303	2%	-184%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO (OPERAÇÕES DESCONTINUADAS)	(7.057)	0%	(25.611)	-1%	-72%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO (OPERAÇÕES CONTINUADAS)	(141.911)	-8%	(50.667)	-3%	92%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(148.968)	-9%	(76.278)	-4%	37%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 1.729.658 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 1.810.794 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma queda de 4% (ou R\$ 81.136 mil), em razão principalmente em razão do fechamento de unidades de baixo desempenho no Brasil e Estados Unidos.

A tabela a seguir apresenta um detalhamento da receita líquida por segmento de negócios para os períodos indicados:

	Saldo em 31 de dezembro de
--	----------------------------

<i>(Em milhares de reais, exceto percentagens)</i>	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
Marcas nacionais	1.073.292	37%	1.069.821	35%	0%
Marcas internacionais	656.366	17%	740.973	168%	-11%
Receita Líquida	1.729.658	100%	1.810.794	100%	-4%

Apesar da receita consolidada ter sido impactada positivamente pelo crescimento das unidades de Frango Assado, com +5,1% e de Pizza Hut, com +4,4%, o ano teve um resultado menor na comparação a/a, pressionado pelas operações dos EUA e das outras marcas nacionais do portfólio.

Marcas nacionais

A receita líquida de operações no segmento marcas nacionais em 2025 teve um aumento de R\$3.471 mil, de R\$ 1.069.821 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.073.292 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A marca Frango Assado registrou evolução no período, impulsionada pelo crescimento das vendas nos restaurantes e postos, além de iniciativas comerciais voltadas ao aumento do ticket médio e à ampliação do fluxo nos complexos rodoviários.

A Pizza Hut apresentou evolução relevante em termos de receita, sustentada pela continuidade das iniciativas comerciais e pelo fortalecimento do pilar digital, que vem contribuindo para ampliar a recorrência de pedidos e melhorar a eficiência das campanhas promocionais.

Por outro lado, as operações de Marcas Nacionais apresentaram retração no período, refletindo principalmente ajustes no portfólio, com fechamentos de lojas, reformas e processos de renovação de unidades, além de bases de comparação mais desafiadoras em algumas operações.

A receita líquida do segmento representou 37% e 35% da receita líquida da Companhia do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Marcas internacionais

A receita líquida com as operações no segmento marcas internacionais teve uma queda em R\$ 84.607 mil ou 11%, dos R\$ 740.973 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 656.366 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A unidade vem sofrendo em termos de receita no acumulado do ano, principalmente pelo impacto de 4 operações pontuais que respondem por mais de 50% da queda do período. O plano de recuperação inclui iniciativas específicas para as unidades com desempenho abaixo do esperado, com diagnóstico operacional focado em estrutura de equipe, gestão de estoques e liderança das lojas, além da revisão de estratégias de precificação e mix sazonal.

Além disso, o fechamento de unidades impactou diretamente a base comparativa. Um exemplo é o caso da unidade de Las Vegas, responsável por mais de R\$30 milhões da receita no ano de 2024 e que, agora, não faz mais parte de nossas operações.

A receita líquida com operações segmento representou 17% e 16% da receita líquida total nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Custos de vendas e serviços

O custo de vendas e serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.154.864 mil contra R\$ 1.219.881 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de R\$ 65 mil.

O custo das vendas e serviços representou 67% da receita líquida total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O custo de vendas e serviços se mantém em linha e na mesma proporcionalidade em relação as vendas de períodos anteriores. Ainda, podemos observar uma queda como reflexo da manutenção no portfólio de unidades mais saudáveis no portfólio das marcas nacionais, principalmente em Pizza Hut que passou por um processo de fechamento de unidades não rentáveis e com despesas acima da média.

Lucro bruto

Como resultado acima descrito, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 574.794 mil em comparação com R\$ 590.913 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma queda de R\$ 16 mil ou 3%.

O lucro bruto representou 33% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Despesas de vendas e operacionais

As despesas de vendas e operacionais diminuíram em R\$ 30 mil ou 6%, de R\$ 481.937 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 450.975 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

As despesas de vendas e operacionais corresponderam a 26% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas diminuíram R\$ 27.241 mil ou 14%, de R\$ 194.989 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 167.343 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

As despesas gerais e administrativas (G&A) permite observar os movimentos de adequação da estrutura gerencial após reajuste do portfólio, principalmente- mas não se limitando a – com a saída do KFC, evidenciando os avanços na otimização das estruturas corporativas e na disciplina na gestão de custos.

As despesas gerais e administrativas corresponderam a 10% e 11% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram R\$ 85.193 mil de receita em 31 de dezembro de 2025 contra R\$ 106.272 mil de receita em 31 de dezembro de 2024.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial, teve uma variação de R\$ 31.343 mil comparado os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Resultado financeiro, líquido

A despesa financeira líquida aumentou de R\$ 113.119 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 125.668 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando uma variação de R\$ 12.549 mil.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima exposto, a Companhia registrou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 85.090 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e prejuízo de R\$ 62.608 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Impostos de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social tiveram uma variação de R\$ 34.381, sendo R\$ 56.821 mil de despesa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e uma receita de R\$ 11.941 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Como resultado dos itens discutidos acima, o prejuízo líquido da Companhia foi de R\$ 76.278 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para um prejuízo líquido de R\$ 148.968 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 incluindo o resultado das operações descontinuadas.

Com efeito das despesas financeiras e dos maiores valores de IR e CSLL, acima de 2024, principalmente pelo reconhecimento de despesa na operação dos EUA (R\$46,1 mm) – impacto mandatório no imposto de renda diferido de acordo com as normas locais, uma vez que a operação não apresentou lucro nos últimos anos- a Companhia encerrou 2025 com o prejuízo demonstrado acima.

Informações selecionadas das demonstrações dos fluxos de caixa

(em milhares de reais)	Exercício social encerrado em	
	2025	2024
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	69.682	66.633
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	111.163	(1.577)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais de financiamentos	(225.471)	(81.124)

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 69.680 mil negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado aos R\$ 66.633 mil gerados nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma variação de R\$ 3.047 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 111.163 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado aos R\$ 1.577 mil aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 112.740 mil.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 225.470 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 81.124 mil aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$ 144.346 mil.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia advém da venda de alimentação e bebidas em restaurantes, bares e cafés (“lojas”), venda de alimentação para prestação de serviços de bordo em aeronaves (“comissaria” ou “catering”), exploração de franquias das marcas KFC e Pizza Hut e venda de combustíveis. O Grupo também opera com sublocação de lojas e espaço para fins promocionais e comerciais em sua rede de lojas, além de prestar serviços gerais relacionados a essas atividades.

A receita proveniente de vendas totais do sistema, que consideram o faturamento das lojas próprias e das lojas franqueadas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 2.273,9 milhões, representando um crescimento de 1,4%, se comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando a receita de vendas totais foi de R\$ 2.241,8 milhões.

A receita líquida consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.729,7 milhões, representando uma redução de 4,3% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$ 1.807,7 milhões.

No Brasil, a receita líquida consolidada da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.073,3 milhões no ano, representando uma expansão de 0,3%, se comparada com a receita líquida consolidada da Companhia no Brasil no ano de 2024, de R\$ 1.069,8 milhões.

Nos EUA, a receita líquida consolidada da Companhia no ano de 2025 foi de R\$ 117,7 milhões, uma queda de 14,4% vs. 2024. Os resultados refletem um período de ajustes e decisões estratégicas importantes. A perda de receita gerada pela reestruturação do portfólio de lojas e o fechamento do restaurante Margaritaville em Las Vegas, ocorrido em maio de 2024, além das operações da unidade LandShark em San Antonio, Texas, como parte de sua estratégia de otimização do portfólio e foco em operações mais rentáveis.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 234,3 milhões em 2025, apresentando uma queda de 10,2% em relação ao ano anterior (EBITDA de R\$ 260,8 em 31 de dezembro de 2024). Em 2025, a margem EBITDA ajustada recorrente consolidada ficou em 13,5%, com uma queda de 88bps, se comparada com a margem EBITDA ajustada recorrente consolidada no ano de 2024.

O EBITDA ajustado (2025) no Brasil reduziu 3,9% vs. 2024 e atingiu R\$ 138,9 milhões (R\$ 144,5 em 31 de dezembro de 2024). Esse resultado foi impulsionado pela evolução da receita nas operações de restaurante, mesmo diante do fechamento de lojas com operação deficitária ou não sinérgica com a companhia, além da eficiência na gestão de custos e alavancagem operacional. A descrição a seguir apresenta os principais componentes e direcionadores de nossos resultados operacionais.

Receita líquida

A receita líquida é calculada pela soma das vendas líquidas de alimentos, produtos e serviços nos aeroportos, shopping centers, rodovias e outros e prestação de serviços a franqueados (royalties pela exploração das marcas Pizza Hut e KFC).

As vendas líquidas são as vendas brutas deduzidas dos impostos aplicáveis a nossos negócios de acordo com o local onde as receitas são geradas e os produtos e serviços são vendidos, devoluções, descontos e outras provisões similares estimadas.

- *Fluxos de pessoas:* A quantidade de consumidores nos shopping centers, passageiros transitando pelos aeroportos, bem como o número de voos nos aeroportos, e os motoristas que circulam nas rodovias onde a Companhia têm praças de serviços são os principais fatores que afetam a receitas líquidas.
- *Preço dos produtos:* Geralmente são determinados os preços dos produtos duas vezes por ano. Ao determinar os preços dos produtos, considera-se a inflação, quaisquer alterações nos custos e a precificação adotada pelos concorrentes. Também a Companhia oferece descontos promocionais em determinados dias e durante determinadas horas do dia para aumentar a circulação de pessoas em seus restaurantes, assim como considera-se as combinações de produtos que fornecem margens maiores para decisão sobre as promoções a serem oferecidas aos clientes da Companhia.
- *Produtividade das receitas líquidas:* Em relação aos quatro segmentos de negócios operacionais da Companhia, geralmente, procura-se aumentar a receita líquida por meio da penetração entre os consumidores, do aumento do percentual de pessoas que comprem os produtos durante as viagens, bem como o aumento do gasto médio por cliente. A penetração e o gasto médio por cliente podem aumentar por meio de restaurantes mais atrativos. A Companhia obtém isso reformando os restaurantes existentes, melhorando continuamente os serviços prestados aos seus clientes, introduzindo novos layouts, mudando os cardápios e apresentando novos conceitos em termos de alimentação. Adicionalmente, constantemente a Companhia busca pela introdução de produtos ou mix de produtos que atraiam demanda e aumentem a lucratividade.
- *Oscilações de preço de combustível:* Uma parte da receita líquida é derivada da venda de combustível vendido em postos de gasolina localizados nos centros de serviços de rodovias. A receita está sujeita a oscilações baseada no preço do combustível, que historicamente, tem sido volátil. Além disso, o preço do combustível está ligado ao mercado internacional de petróleo, que é estabelecido em dólares.

Os resultados da Companhia também são altamente influenciados por fatores que afetam o setor de viagens nos países em que a Companhia opera.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 37% da receita líquida da Companhia derivou do segmento de marcas nacionais, 17% do segmento de marcas internacionais.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, 35% da receita líquida da Companhia derivou do segmento de marcas nacionais, 16% do segmento de marcas internacionais.

Sazonalidade

Os resultados operacionais estão sujeitos a variações sazonais. Feriados, férias escolares e condições climáticas adversas, bem como acidentes nos aeroportos e rodovias onde a Companhia opera podem afetar o volume de vendas de forma sazonal. O portfólio diversificado de segmentos de atuação, no entanto, protege as atividades contra certos efeitos climáticos: dias chuvosos favorecem os negócios de shopping center em relação ao segmento de rodovias, enquanto dias ensolarados têm efeito contrário. As vendas são normalmente maiores em dezembro e janeiro (por causa das férias) e começam a declinar em fevereiro. A Companhia volta a registrar aumento nas vendas em julho (também por causa das férias), permanecendo estáveis até setembro. As vendas tipicamente aumentam mais de outubro a dezembro, principalmente devido aos feriados. Dessa forma, os meses de pico de vendas são janeiro, julho, outubro, novembro e dezembro.

Nos EUA a sazonalidade é invertida em relação ao Brasil, tendo em vista que os meses de verão são junho, julho e agosto, período no qual se concentra o faturamento da Companhia.

Lucro Bruto e Custo de Vendas e Serviços

O lucro bruto da Companhia é calculado subtraindo os custos de vendas e serviços do total da receita líquida. O custo das vendas e serviços é reconhecido quando se vende um produto; e compreende o preço de compra e o custo incorrido pelos produtos a serem oferecidos nos restaurantes, incluindo custos com alimentos, bebidas, transporte e manuseio, bem como a mão-de-obra operacional direta. Adicionalmente, custos de vendas e serviços também compreendem custos operacionais diretamente relacionados às atividades de cada restaurante, inclusive equipamentos, materiais e despesas de manutenção. Incluímos, ainda, a depreciação dos ativos operacionais (como, por exemplo, móveis de cozinha) no custo de vendas e serviços.

A política de precificação e o mix de produtos também afetam o lucro bruto e geralmente a Companhia direciona suas ofertas de alimentos e bebidas de forma a reforçar suas categorias de produtos de margens mais altas.

A Companhia considera seu custo de vendas e serviços e o lucro bruto resultante como medidas importantes de desempenho operacional. A Companhia busca reduzir seu custo de vendas e serviços por meio de negociações com fornecedores realizadas de forma centralizada e pela ativa administração de seu relacionamento com fornecedores. Em decorrência de seu contínuo crescimento orgânico, a Companhia se beneficia de um maior poder de compra na negociação destes contratos que possuem descontos relacionados aos volumes adquiridos. Também se beneficia de redução de custos decorrente de economias de escala em seus processos industriais, especialmente em suas cozinhas centralizadas. Investimentos em equipamentos industriais permitem capturar sinergias com ganho de eficiência.

Adicionalmente, a Companhia acredita que seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo o controle SAP (administração da cadeia de fornecimento e estoques) contribuem para o aumento de suas margens através do nível de informações disponíveis para auxiliar suas negociações com os fornecedores. Os sistemas de tecnologia de informação permitem calcular custos hipotéticos para cada mix de produtos, de modo que se possa visualizar os desvios entre os custos hipotéticos e os efetivos dos alimentos. O controle destes desvios permite uma sensível redução nos desperdícios e permite visualizar melhor as margens dos produtos da Companhia. Compreendendo melhor suas margens por

produtos, pode-se obter melhores margens por mix de produtos, protegendo e incrementando nosso lucro bruto.

Despesas com Vendas e Operacionais

Despesas com Vendas e Operacionais compreendem despesas com publicidade e marketing, royalties, despesas com aluguel, despesa com serviço de terceiros, comissões de cartão de crédito, despesa com infraestrutura e comunicação, logística, dentre outras.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com folha de pagamento, aluguel de escritório, despesa com serviços de terceiros, dentre outras.

A Companhia negocia com vendedores e prestadores de serviço não apenas quanto ao preço e condições de pagamento da matéria-prima, mas também quanto às despesas operacionais, seguros, tecnologia de informação, comunicação, dentre outras.

Custos e Despesas Variáveis e Fixos

Determinados custos de vendas, despesas operacionais e despesas comerciais (como royalties, comissões de cartão de crédito e serviços profissionais), variam de acordo com sua natureza e geralmente oscilam (para mais ou para menos) de acordo com as variações no volume de vendas. Por outro lado, outras despesas operacionais e administrativas, como reparos e manutenção, locações a taxas fixas para os restaurantes e escritórios administrativos, administração e marketing geral não possuem relação com o volume de vendas e são administradas no curto prazo.

Adicionalmente, as despesas com pessoal compreendem componentes fixos e variáveis, uma vez que a mão-de-obra é administrada no médio prazo com o objetivo de manter os níveis de produtividade, bem como devido ao fato de que o bônus e as comissões são baseados no desempenho operacional dos negócios da Companhia. Outras despesas e receitas operacionais refletem ganhos ou perdas sobre a venda do imobilizado ou dos ativos intangíveis, bem como alterações nas provisões.

Depreciação e Amortização

O imobilizado é depreciado de forma linear dependendo da vida útil estimada do ativo (por exemplo, as benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo do contrato) ou do prazo estimado da concessão à qual os ativos estejam relacionados, se inferior. Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados durante suas vidas econômicas úteis, as quais são revisadas anualmente de forma a determinar se a avaliação de vida útil será mantida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo ágio, são testados anualmente de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa para determinar se há redução ao valor recuperável (*impairment*).

O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início do contrato até o final do prazo de vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido inclui as despesas de juros sobre os empréstimos de terceiros, variações cambiais e demais tarifas bancárias. As receitas financeiras resultam do adicional de caixa alocado às aplicações financeiras.

Imposto de Renda

As despesas com imposto de renda dependem da tributação do lucro das controladas da Companhia. A Companhia beneficia-se de créditos fiscais significativos como resultado do ágio registrado em seu balanço patrimonial geralmente amortizável para fins de imposto de renda. Dessa forma, existem diferenças positivas significativas entre as alíquotas locais de imposto de renda e as alíquotas fiscais efetivas aplicáveis a suas controladas. As alíquotas fiscais obrigatórias aplicáveis em cada país que a Companhia atua é: 34% no Brasil e 27% nos Estados Unidos.

Vendas em Mesmas Lojas

A variação das vendas em mesmas lojas é uma medição utilizada no mercado varejista como indicação do desempenho de estratégias e iniciativas comerciais implementadas, e representam as tendências da economia local e dos consumidores. Vendas em mesmas lojas não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez.

Vendas em mesmas lojas não tem significado padronizado no mercado, e a definição da Companhia pode não ser a mesma definição de vendas em mesmas lojas utilizada por outras companhias.

Os aumentos ou as reduções nas vendas das mesmas lojas representam a variação percentual nas vendas em relação ao mesmo período no ano anterior para todas as lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis, incluindo as lojas que estão ou estiveram temporariamente fechadas.

Alguns dos motivos do fechamento temporário das lojas da Companhia incluem reforma ou remodelagem, reconstrução, construção de rodovias e desastres naturais.

A Companhia prepara relatórios anuais e, posteriormente, providencia comparações do mesmo mês, trimestre e ano com o período correspondente do ano anterior para avaliar o impacto de acordo com o mix dos dias. A quantidade de dias da semana, dias de fim de semana e feriados em um dado período pode representar um impacto positivo ou negativo nas vendas. Referimo-nos a esses impactos como ajustes de turno/dia de comércio. Esses impactos variam geograficamente devido aos padrões do consumidor e representam os efeitos mais significativos nas vendas, enquanto os impactos anuais são tipicamente mínimos.

Ciclo de Amadurecimento- Novas Lojas

Para abertura de cada uma das lojas estima-se um ciclo de amadurecimento, que leva em consideração o tipo e a marca de loja, o local e fluxo de clientes. O ciclo de amadurecimento consiste no período estimado para que determinada loja atinja a receita projetada. Ressalta-se que tais ciclos foram

estimados com base em aberturas de lojas anteriores, e, portanto, a Companhia não pode assegurar os prazos de aberturas futuras.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Parte da receita líquida da Companhia é proveniente dos Estados Unidos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 essa receita no exterior correspondeu a 17%, frente a 16% no mesmo período de 2024. As vendas foram impactadas pela variação das taxas de câmbio desses países, quando analisadas na moeda de apresentação, que é o real brasileiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.729.658, frente a R\$ 1.810.794 milhões no mesmo período de 2024, sendo que R\$ 656.366 milhões em 31 de dezembro de 2025 frente a R\$ 740.973 milhões no mesmo período de 2024 foi realizada pela controlada da Companhia fora do Brasil, nos Estados Unidos.

As vendas da Companhia também foram impactadas pela inflação, principalmente no mercado brasileiro. Por isso, geralmente a Companhia revisa os preços de seus produtos duas vezes por ano. Ao determinar o preço de seus produtos, além da inflação, considera-se também as alterações nos custos e a precificação adotada pelos concorrentes.

Adicionalmente, uma parte da receita é derivada da venda de combustível vendido em postos de gasolina. Como consequência, a receita está sujeita a oscilações baseada no preço do combustível, que historicamente, tem sido volátil.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os resultados da Companhia são diretamente impactados pela inflação. A Companhia compra suas principais matérias-primas e itens para revenda, incluindo carne, frango, produtos agrícolas, queijo, produtos líquidos e laticínios, com seus fornecedores que definem os respectivos preços de compra.

Esses preços têm influência significativa dos mercados internacionais, por se tratar em grande parte, de commodities agrícolas e pecuários. Portanto, a Companhia está exposta a variações nos preços dessas commodities. A Companhia não contrata nenhum tipo de termo futuro ou opções como forma de hedge dessas variações nos preços de commodities. Busca-se reduzir o risco por meio de acordos de preço anuais e semestrais com os principais fornecedores. Isso permite beneficiar a Companhia dos custos incorridos enquanto evita-se os custos relacionados à utilização de instrumentos derivativos.

Quanto aos impactos de câmbio, conforme citado no item acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 17% (16% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024) da receita líquida é proveniente dos Estados Unidos. Todos os gastos nesses países são na mesma moeda das vendas a Companhia.

A Companhia também está exposta ao risco de taxas de juros nos empréstimos contratados no Brasil devido à variação da taxa CDI (taxa de depósito interbancário) e aos valores de caixa e equivalentes de caixa aplicados no Brasil.

CONSOLIDADO 31/12/2025					
Operações	Valor contábil	Taxa atual	Provável	Cenário I	Cenário II
Caixa e equivalentes de caixa - CDI de 99% a 106%	150.504	14,90%	14,90%	17,14%	18,63%
Impacto referente ao aumento do CDI	-	-	-	3.364	5.606
Debentures - CDI mais juros de 3,60% a 4,20% *ao ano	(357.171)	19,36%	18,10%	20,82%	22,63%
Impacto referente ao aumento do CDI	-	-	4.489	(5.209)	(11.674)
Empréstimos 4131- CDI mais juros de 2,23% ao ano	(30.912)	8,20%	17,46%	20,08%	21,83%
Impacto referente ao aumento do CDI			(2.862)	(3.672)	(4.212)
Empréstimos 4131- CDI mais juros de 2,23% ao ano	(51.879)	5,69%	17,46%	20,08%	21,83%
Impacto referente ao aumento do CDI			(6.106)	(7.465)	(8.371)
Finame - CDI mais juros de 3,45% ao ano	(33.278)	19,07%	18,15%	20,87%	22,69%
Impacto referente ao aumento do CDI			307	(599)	(1.203)
Efeito no resultado do exercício	(473.240)			(13.581)	(19.853)
Efeito líquido de impostos no patrimônio líquido				(8.963)	(13.103)

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os ativos e passivos expostos, projetou-se o aumento das taxas para os instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas aumentando ou reduzindo o resultado. Para o cenário provável foi considerado a curva futura de juros da B3 em 31 de dezembro de 2025, cuja sensibilidade é apresentada através dos cenários I e II que foram estimados com taxas em 15% e 25%, respectivamente:

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração de prática contábil que afetou as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi emitido sem opiniões modificadas e/ou ênfases.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia divulgou, por meio de fato relevante, a celebração de um contrato de compra e venda de investimentos, denominado “Share Purchase and Investment Agreement” (“SPA”), com a Kentucky Foods Chile Limitada (“KFC Chile”), para a venda do controle da investida Horizonte Restaurantes S.A. (anteriormente denominada Horizonte Restaurantes Ltda.) (“Horizonte”), Para mais informações a respeito da alienação, vide item (b) abaixo.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 26 de março de 2025, a Companhia divulgou, por meio de fato relevante, a celebração do SPA para a venda do controle da Horizonte, cujo capital social era, até então, integralmente detido pela Companhia e onde estão registradas as operações da marca KFC no Brasil, que passa agora a ser controladas pela KFC Chile, através da sua subsidiária Saboroso Internacional Ltda. (“Saboroso” ou “Comprador”).

Em 10 de abril de 2025, a Superintendência-Geral do CADE deu parecer favorável à operação e, em 8 de maio de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implementação da reorganização societária, a qual foi concluída em 31 de maio de 2025.

Em 27 de junho de 2025 (data de fechamento), a Companhia em conjunto com sua controlada Pimenta Verde Alimentos Ltda. (“Pimenta Verde”), assinaram o *closing* do contrato supracitado. Como resultado da operação, a Companhia alienou ao comprador uma participação societária na Horizonte, de modo que a IMC passou a deter, 41,7% do seu capital social total e votante, sendo 25,37% pela Controladora e 16,33% pela Pimenta Verde, e a Saboroso passou a deter 58,3%, assumindo o controle da Horizonte a partir desta data.

O valor total da transação foi definido em US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares), sendo:

(i) o valor em reais equivalente a US\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares) pago à vista na data de fechamento da operação (“Parcela do Fechamento”); e

(ii) o valor equivalente a US\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares), acrescido de juros compostos de 5% ao ano, com vencimento em abril de 2027 (“Parcela Diferida”).

A IMC recebeu US\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares) e antecipou, via operação financeira junto ao Banco do Brasil os US\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares) remanescentes por meio de cessão de direitos creditórios, sem cláusula de direito de regresso. Adicionalmente, o contrato previa a apuração de ajuste de preço com base no balanço patrimonial da Horizonte de 30 de junho de 2025, o qual foi avaliado em R\$ 9.413.000,00 (nove milhões e quatrocentos e treze mil reais) pago pelo Comprador para a Companhia, em 26 de agosto de 2025.

O SPA ainda prevê que, após a compra, os novos controladores farão contribuições anuais de caixa na operação da Horizonte por 5 (cinco) anos consecutivos, no valor de US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares), que diluirão progressivamente a participação da Companhia.

O contrato também contém opções de compra e opções de venda, onde: (i) A Companhia tem o direito de vender e o Comprador a obrigação de comprar a totalidade das cotas de sua propriedade na

Horizonte durante o 51º ou 64º mês após a data de fechamento (“Opções de Venda”); (ii) A IMC tem o direito de comprar e a Saboroso tem a obrigação de vender parte da totalidade de suas cotas na Horizonte, limitada ao Comprador manter minimamente 51% dessas cotas, entre a data de fechamento e abril de 2027 e; (iii) A Saboroso tem o direito de comprar e a IMC a obrigação de vender a totalidade das cotas de sua propriedade na Horizonte durante o 64º mês após a data de fechamento (“Opções de Compra”). As opções podem ou não serem exercidas pela IMC e Saboroso durante os respectivos períodos previstos e caso não sejam, as participações das partes na Horizonte permanecerão como estiverem ao fim dessas datas de exercício.

Em 30 de dezembro de 2025, foi celebrado, entre a Pimenta Verde, a Saboroso, a Horizonte e a KFC Chile, o contrato que formaliza a decisão da Saboroso em antecipar o exercício da opção de compra (“Opção de Compra”) acordada entre as partes no âmbito do “Share Purchase and Investment Agreement”, celebrado em 26 de março de 2025 e aditado em 27 de junho de 2025 (“SPIA”), por meio do qual a Saboroso adquiriu ações equivalentes a 58,30% do capital social da Horizonte, tendo a IMC e a Pimenta Verde permanecido titulares de apenas 21,55% e 20,15% do capital social dessa sociedade, respectivamente (“Participação Minoritária”).

No fechamento da Opção de Compra, a IMC e a Pimenta Verde alienarão à Saboroso, e esta adquirirá a totalidade da Participação Minoritária remanescente pelo preço total, em reais, equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), a ser pago pela Saboroso à IMC e à Pimenta Verde, sendo que o valor equivalente, em reais, a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) do montante total foi pago pela Saboroso à IMC e à Pimenta Verde na assinatura do Contrato. O fechamento da Opção de Compra está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação, com previsão de conclusão em até 90 dias, incluindo, entre outras: (i) a aprovação definitiva do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (ii) a obtenção da anuência de determinados credores da IMC.

(c) eventos ou operações não usuais

Exceto pelos eventos societários descritos acima, não houve eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações), que é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas e custos com depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, acrescido ou reduzido por itens entendidos como não sendo parte do resultado da atividade da Companhia, como provisões para fechamento de lojas, despesas com reestruturações corporativa e administrativa, despesas com serviços de consultoria relativas à implementação de projetos, despesas com pagamento baseado em ações ("Stock Option"), redução do valor recuperado de ativos ("impairment"), despesas com fusões e aquisições e despesas com a abertura de novas lojas.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), e não devem ser considerados como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicadores de desempenho operacional, como alternativas ao fluxo de caixa operacional, como indicadores de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e a definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	Marcas nacionais (1)	Marcas internacionais (2)
EBITDA	145.546	72.508
EBITDA Ajustado	140.800	95.400

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
	Marcas nacionais (1)	Marcas internacionais (2)
EBITDA	140.630	125.139
EBITDA Ajustado	144.500	116.400

(1) Marcas Nacionais: Aeroportos, Pizza Hut, Frango Assado, Viena e Brunella.

(2) Marcas Internacionais: IMCMV EUA com Margarita Ville e outras.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida corresponde a soma do total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e de passivos de arrendamento (direito de uso), líquido dos instrumentos financeiros derivativos e subtraídos do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP ou IFRS. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia, motivo pelo qual tal medida pode não ser comparável com o cálculo de Dívida Líquida realizado por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Em 31 de dezembro de	
(em milhares de reais – R\$)	2025	2024
Dívida Líquida	755.431	1.049.485

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025	
	Marcas nacionais	Marcas internacionais
Lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas	(58.142)	(83.769)
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	(7.057)	-
(+) Resultado financeiro, líquido	(106.515)	(19.153)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(26.163)	(14.555)
(+) Depreciação e amortização	(71.055)	(106.421)
EBITDA	145.546	72.508
EBITDA Ajustado	138.900	95.400

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024	
	Marcas nacionais	Marcas internacionais
Lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas	(36.102)	(14.565)
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	(25.611)	-
(+) Resultado financeiro, líquido	(92.587)	(20.532)
(+) Imposto de renda e contribuição social	8.684	3.257
(+) Depreciação e amortização	(92.829)	(122.429)
EBITDA	140.630	125.139
EBITDA Ajustado	144.500	116.400

Dívida Líquida

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em milhares de reais – R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	234.894	159.762
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	98.312	113.656

Não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	234.639	418.767
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	415.918	575.096
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(171.189)	(217.796)
Dívida Líquida	812.574	1.049.485

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são mais apropriados para a correta compreensão da condição financeira e do resultado de suas operações porque funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. A Companhia acredita, ainda, que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem um melhor entendimento não apenas do desempenho financeiro, mas também da capacidade de pagamento dos juros e principal da dívida da Companhia, bem como mensurar a capacidade de alavancagem em novas dívidas e equalizar a estrutura de capital.

Uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização, em razão de não considerarem certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus resultados, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e despesas consideradas pela Administração como não caixa e/ou que possuem impacto pontual no resultado.

A Companhia acredita que a Dívida Líquida é mais apropriada para a correta compreensão do grau de endividamento em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia porque funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, sua alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Ao incluir na métrica, além de empréstimos, financiamentos e debêntures, o parcelamento de aquisições de empresas e o passivo de arrendamento (direito de uso), tem-se uma melhor visibilidade sobre os principais compromissos financeiros da Companhia.

Uma vez que a Dívida Líquida não considera todas as obrigações e direitos da Companhia que, por sua vez, poderiam afetar significativamente a sua situação patrimonial, tais como contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, a Dívida Líquida apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da liquidez da Companhia.

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Em fato relevante de 06 de março de 2026 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que foram implementadas as condições precedentes previstas no “Call option exercise agrément, Second Amendment to the Share Purchase and Investment Agreement and Other Covenants” (“Contrato”). Finalizando o fechamento da opção de compra registrada em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do contrato a Companhia e a Pimenta Verde alimentos Ltda, concluíram a alienação à Saboroso Internacional Ltda da totalidade das participações minoritárias remanescentes que detinham na Horizonte Restaurants S.A, pelo preço total, em reais, equivalente a US\$ 25.000.000,00, observados os termos e condições pactuados entre as partes do Contrato.

Com o fechamento a Companhia deixa de deter participação societária na Horizonte, concluindo etapa relevante de seu planejamento estratégico e ampliando sua flexibilidade financeira, além de simplificar seu portfólio.

2.7 - Destinação de resultados

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Artigo 35; (e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 35, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (f) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva de Expansão, observado o disposto no Artigo 34, Parágrafo Único, deste Estatuto Social e no Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.
a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 104.160.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 104.160.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Nossos acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, diminuído ou acrescido (i) da importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) da importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anualmente, os acionistas da Companhia terão direito de receber o dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. O Estatuto Social da Companhia não estabelece que o valor do pagamento dos dividendos seja corrigido por conta da inflação.
e. política de destinação de resultados	Durante o exercício de 2025, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Para o exercício social corrente, a Companhia pretende manter sua estratégia de investimentos de capital, que consistem fundamentalmente em investimentos associados à implantação de novas lojas e reforma das lojas existentes. As principais fontes de financiamento dos investimentos de capital que a Companhia costuma realizar são: (i) a geração de caixa; e (ii) obtenção de crédito junto a entidades financeiras independentes.

Na data deste Formulário de Referência, foram divulgadas projeções quantitativas específicas de CAPEX no valor de R\$ 88.564 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu R\$ 88.564 mil em aquisição de imobilizado e intangíveis (líquido do saldo parcelado), sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, este número foi de R\$ 126.865 mil.

A Companhia informa que não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia informa que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, incluindo (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já não citados no item 2.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 17.314.329/0001-20

NIRE 35.300.48875-0

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

ANEXO II - INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/2022)

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O conselho de administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 17 de junho de 2020 a política de remuneração aplicável a membros do Conselho de Administração, Diretoria, membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não. Tal política se encontra disponível nas páginas eletrônicas da B3 (www.b3.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da Companhia (<http://ri.internationalmealcompany.com/>).

Seus objetivos, conforme expostos no documento, são atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados nas estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia e suas subsidiárias, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

Com relação especificamente aos Diretores, a Política tem como base o equilíbrio entre a estratégia de negócios, interesses dos acionistas e práticas de mercado. A Política busca, além da retribuição justa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia, a retenção dos Administradores e a recompensa para os executivos pelo alcance de metas financeiras e operacionais e pela criação de valor. Cumpre salientar, ainda, que a prática de remuneração implementada é coerente com a remuneração adotada pelo setor da Companhia e possibilita a atração e valorização de seus profissionais.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração, dentro dos limites fixados em assembleia geral de acionistas, é responsável por fixar o pró-labore mensal dos diretores a cada ano, bem como sua participação como beneficiários de planos de remuneração baseada em ações. O Conselho de Administração será auxiliado nas questões relativas ao orçamento anual da Companhia pelo Comitê Financeiro.

Em relação à remuneração de membros do Conselho de Administração, o exato papel descrito acima é desempenhado pelo Comitê de Gente, Gestão e Operações da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conforme a Política de Remuneração da Companhia, a remuneração fixa do Conselho de Administração, da Diretoria da Companhia e dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais. Para

o estabelecimento de tal remuneração o Conselho de Administração ou o Comitê Financeiro e Comitê de Gente, Gestão e Operações poderão requerer a assessoria de empresa especializada.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência é anual. A cada novo exercício social, após a consolidação de resultados do exercício social anterior, o Comitê de Gente, Gestão e Operações da Companhia se reúne e discute a política de remuneração, levando em consideração o atingimento de metas preestabelecidas da Companhia. As eventuais considerações do Comitê de Gente, Gestão e Operações são levadas ao Conselho de Administração para que este delibere alterações. Caso não haja recomendação do Comitê de Gente, Gestão e Operações, o Conselho de Administração não irá expressamente ratificar a política já vigente, fazendo-o de forma tácita.

(c) composição da remuneração;

(i) descrição dos elementos da remuneração

Conselho de Administração:

A remuneração global do Conselho de Administração é composta por:

- Remuneração fixa: pró-labore fixo mensal.
- Remuneração variável: remuneração variável de médio e longo prazo, cujo objetivo é promover o alinhamento entre os administradores e os acionistas da Companhia, mediante a outorga de opções a determinados conselheiros, nos termos dos Planos de Opção, descritos no item 8.4 a seguir.

Diretoria:

A remuneração global dos diretores (estatutários e executivos) da Companhia é composta por:

Remuneração fixa: pró-labore fixo mensal.

- Remuneração variável: composta por (i) bônus, com o objetivo de incentivar e premiar o alcance de metas financeiras e operacionais anuais da Companhia, da área de responsabilidade com administrador e o desempenho individual através de um bônus anual, respeitando os limites previstos nos contratos de cada diretor estatutário e mediante a aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro, e (ii) remuneração variável de médio e longo prazo, cujo objetivo é promover o alinhamento entre os administradores e os acionistas da Companhia, mediante a outorga de opções a determinados diretores, nos termos dos Planos de Opção, descritos no item 8.4 a seguir.

Comitês de Assessoramento:

Os membros dos Comitês de Assessoramento que ocupam outros cargos na Companhia não recebem nenhuma remuneração pelo cargo no Comitê, sendo remunerados em função de outros cargos que ocupam.

Conselho Fiscal:

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e, portanto, não há elementos de sua remuneração a serem descritos neste item.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando, assim, a atração de talentos para a IMC, em condições competitivas com seus pares. Para o médio e longo prazo, a Companhia estuda reter profissionais qualificados por meio de remuneração variável (plano de remuneração baseado em ação e bônus, de acordo com a posição de cada administrador) baseada em performances individuais e da Companhia.

- **Proporção de cada elemento na remuneração total nos últimos exercícios sociais**

Conselho de Administração:

A participação de cada um dos elementos listados acima na remuneração global de nossos administradores obedece à seguinte distribuição:

Tipo de Remuneração	2025	2024	2023
Salário ou pro-labore	55,61%	57,704%	62,430%
Baseada em Ações	44,39%	42,296%	37,570%
TOTAL	100,000%	100,000%	100,000%

Diretoria:

A participação de cada um dos elementos listados acima na remuneração global de nossos administradores obedece à seguinte distribuição:

Tipo de Remuneração	2025	2024	2023
Salário ou pro-labore	59,03%	40,373%	40,037%
Benefícios direto e indireto	5,38%	5,149%	5,072%
Outros Tipos	0,00%	7,236%	0,000%
Bônus	30,42%	23,093%	37,107%
Cessação do Cargo	0,00%	0,000%	0,000%
Baseada em Ações	5,17%	15,150%	17,784%
TOTAL	100,000%	100,000%	100,000%

Conselho Fiscal:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não instalou Conselho Fiscal.

Comitês de Assessoramento:

A análise não é aplicável, uma vez que, conforme disposto em item anterior, não foi até o momento definido nenhum padrão de remuneração aos membros de comitês que não a manutenção de suas remunerações pelas demais funções desempenhadas na Companhia.

- **metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela assembleia geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, cuja determinação de pró-labore mensal e revisões anuais de remuneração são incumbência do Comitê de Gente, Gestão e Operações da Companhia.

A remuneração total alvo individual dos Diretores estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, podendo ter por base avaliações apresentadas pelo Comitê de Gente, Gestão e Operações, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos.

O salário base da Diretoria é reajustado conforme o desempenho de cada administrador, de acordo com indicadores de desempenho, usando o princípio da meritocracia. A remuneração variável de administradores é calculada de acordo com o alcance das metas financeiras, metas internas de resultados e metas individuais de cada administrador (*targets*), sendo esses *targets* estabelecidos de acordo com a função de cada administrador, e não consideram eventuais gratificações/bonificações específicas que podem ser realizadas em casos de projetos específicos que envolvam a Companhia, tais como, *private placements* ofertas de ações e aquisições.

Além da remuneração em si, há benefícios que são reajustados uma vez por ano.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

(ii) A Companhia está constantemente buscando melhores padrões de governança, incluindo iniciativas e práticas ASG. Nesse sentido, atualmente, adota diversas práticas sobre o tema relacionadas aos seus negócios, incluindo participação de programa de ovos *cage free*, além de melhores práticas de governança corporativa e investimentos sociais, de acordo com as diretrizes previstas em suas políticas. Apesar disso, a Companhia ainda não adota indicadores de desempenho especificamente relacionados a questões ASG. **razões que justificam a composição da remuneração**

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter uma remuneração de acordo com as práticas de mercado adequadas à qualidade de seus executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria da gestão da Companhia e a permanência de seus executivos, visando a ganhos pelo comprometimento de tais executivos com os resultados de longo prazo e com o desempenho no curto prazo.

- (iii) **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Nos últimos 3 exercícios sociais, um membro do Conselho de Administração renunciou à sua respectiva remuneração.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da administração da Companhia residentes no Brasil. Com relação à remuneração de administradores residentes nos Estados Unidos, esta é suportada por controlada da Companhia constituída nos Estados Unidos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;

Não há.

8.2 – Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.380.000,00	R\$ 4.756.000,00	0,00	R\$ 6.136.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$563.145,62	0,00	R\$563.145,62
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	R\$ R\$3.817.784,04	N/A	R\$3.817.784,04
Remuneração variável				
Bônus	N/A	R\$ 4.896.000,00	N/A	R\$ 4.896.000,00
Participação de resultados	N/A	R\$ -	N/A	R\$ -
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	R\$ -
Comissões	N/A	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	R\$ -
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	744.283,76	52.175,18	N/A	796.4,94
Observação	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	
Total da remuneração	2.124.283,76	R\$14.085.104,84	0,00	R\$16.209.388,60

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	7,00	0,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 2.024.400,00	R\$ 8.290.975,32	R\$ -	R\$ 10.315.375,32
Benefícios direto e indireto		R\$ 1.057.099,35	R\$ -	R\$ 1.057.099,35
Participações em comitês	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ 2.874.416,57	N/A	R\$ 2.874.416,57
Descrição de outras remunerações fixas	R\$ -	Refere-se a verbas rescisórias previstas para o exercício social corrente	N/A	R\$ -
Remuneração variável				
Bônus		R\$ 11.348.733,11	N/A	R\$ 11.348.733,11
Participação de resultados	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Participação em reuniões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Cessação do cargo	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Baseada em ações (incluindo opções)	R\$ 1.201.637,17	R\$ 4.210.526,05		R\$ 5.412.163,22
Observação	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	
Total da remuneração	R\$3.226.037,17	R\$27.781.750,40	0,00	R\$31.007.787,57

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	7	0,00	14
Nº de membros remunerados	6	7	0,00	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.932.000,00	R\$ 7.380.704,88		R\$ 9.312.704,88
Benefícios direto e indireto		R\$935.073,00		R\$935.073,00
Participações em comitês	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ 2.874.416,57	N/A	R\$ 2.874.416,57
Descrição de outras remunerações fixas	R\$ -	Outras remunerações fixas se referem a verbas rescisórias previstas para o exercício social corrente.	N/A	R\$ -
Remuneração variável				
Bônus	R\$ -	R\$ 10.332.986,83	N/A	R\$ 10.332.986,83
Participação de resultados	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Participação em reuniões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Cessação do cargo	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Baseada em ações (incluindo opções)	R\$ 1.603.769,64	R\$ 3.852.824,80	N/A	R\$ 5.456.594,44
Observação	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	
Total da remuneração	R\$ 3.535.769,64	R\$ 25.376.006,08	0,00	R\$ 28.911.775,72

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	7,00	0,00	13,67
Nº de membros remunerados	5,67	7,00	0,00	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.505.999,65	R\$ 6.844.568,04	R\$ -	R\$ 8.350.567,69
Benefícios direto e indireto	R\$ -	R\$867.148,53	N/A	R\$867.148,53
Participações em comitês	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Descrição de outras remunerações fixas	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Remuneração variável				
Bônus	R\$ -	R\$ 6.343.820,93	N/A	R\$ 6.343.820,93
Participação de resultados	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Participação em reuniões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Cessação do cargo	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Baseada em ações (incluindo opções)	R\$906.319,73	R\$ 3.040.274,42	N/A	R\$ 3.946.594,15
Observação	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	Os números de membros de cada Órgão foram apurados da forma especificada no Ofício Circular/Anual CVM/SEP	
Total da remuneração	R\$ 2.412.319,38	R\$ 17.095.811,92	R\$ -	R\$ 19.508.131,30

8.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	5,00	4,00	0,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 3.158.400,00	0	R\$ 3.158.400,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 4.737.600,00	R\$ -	R\$ 4.737.600,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ -	R\$ 3.948.000,00	R\$ -	R\$ 3.948.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	700	7,00	0,00	14,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 6.632.780,26	0	R\$ 6.632.780,26
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 11.348.733,11	R\$ -	R\$ 11.348.733,11
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ 8.290.975,32	R\$ -	R\$ 8.290.975,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	7	0	14
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	6	7	0	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 5.904.563,90	N/A	R\$ 5.904.563,90
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 10.332.986,83	N/A	R\$ 10.332.986,83
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas		R\$ 7.380.704,88	N/A	R\$ 7.380.704,88
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício		R\$	N/A	R\$
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,67	7,00	0,00	13,67
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	5,67	7,00	0,00	12,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ 4.106.740,82	N/A	R\$ 4.106.740,82
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 9.582.395,26	N/A	R\$ 9.582.395,26
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas		R\$ 6.844.568,04	N/A	R\$ 6.844.568,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício		R\$ 6.343.820,93	N/A	R\$ 6.343.820,93
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	R\$ -	R\$ -	N/A	R\$ -

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária - Plano de opções

- (a) termos e condições gerais
- (b) data de aprovação e órgão responsável

Planos de Opção

A Companhia possui os seguintes planos de opção de compra de ações: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2016 ("Plano de Opção 2015"); (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 18 de outubro de 2017 ("Plano de Opção 2017"); (iii) o Plano de Incentivo de Longo Prazo Mediante Outorga de Opções de Compra de Ações - Plano 2023, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023 ("Plano de Opção 2023"); e (iv) o Plano de Incentivo de Longo Prazo Mediante Outorga de Opções de Compra de Ações – Programa de Substituição de Opções Existentes aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023 ("Plano de Migração 2023"); (v) o Plano de Incentivo de Longo Prazo Mediante Outorga de Opções de Compra de Ações - Plano 2025, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2025 ("Plano de Opção 2025") e, em conjunto com o Plano de Opção 2015, o Plano de Opção 2017, o Plano de Opção 2023, o Plano de Migração 2023 os "Planos de Opções". Exceto quando disposto em contrário, os Planos de Opção possuem os mesmos termos e condições gerais.

No caso específico do Plano de Migração 2023, são elegíveis os detentores de opções de compra de ações ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opção 2021 e cujo vínculo esteja ativo com a Companhia e suas controladas. Os principais objetivos dos Planos de Opção são: (i) a retenção e valorização profissional de executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas; e (ii) a obtenção de maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas e da Companhia.

A outorga de opções sob os Planos de Opção permite que os Beneficiários se sintam estimulados a se tornarem acionistas da Companhia. Com isso, ao investir seus próprios recursos na Companhia, os Beneficiários têm fortes incentivos para que: (i) tomem as suas decisões tendo em vista a geração de valor para a Companhia e seus acionistas; e (ii) pautem as suas ações visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e planos de crescimento para a Companhia.

Ao mesmo tempo, as outorgas de opções são estruturadas de maneira a permitir que os potenciais ganhos decorrentes da venda de ações sejam realizados, se for o caso, apenas no longo prazo, e caso o participante permaneça vinculado à Companhia, assim atuando para estimular sua permanência, no sentido de lograr o objetivo de retenção dos executivos de alto nível da Companhia.

Os Planos de Opção estão inseridos na política de remuneração da Companhia, constituindo instrumentos de incentivo ao bom desempenho de seus profissionais e ao comprometimento, por parte dos Beneficiários, com as metas estabelecidas pela Companhia, ou seja, está vinculado à

remuneração dos conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos, bem como, dos executivos das sociedades controladas da Companhia.

Os Planos de Opção alinham os interesses da Companhia aos de seus administradores e acionistas por meio de benefícios vinculados ao desempenho de suas ações. Por meio dos Planos de Opção, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão e a permanência de seus administradores e executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. No médio prazo, a melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia, maximizam os ganhos dos Beneficiários, os incentivando a permanecerem trabalhando na Companhia. No curto prazo, o cumprimento das metas estabelecidas e o alcance dos resultados anuais propostos resultam em um alinhamento entre os interesses da Companhia e os interesses dos Beneficiários. Por fim, em longo prazo, com o *Vesting* sendo estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, para que o beneficiário receba a integralidade das opções a que tem direito, tornando-o, neste ponto, atrativo para a fidelização destes executivos, além de tornar comum o interesse entre a Companhia e seus executivos no crescimento das operações.

No caso do Plano de 2025, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2025, tem por objetivo (i) viabilizar a migração e substituição de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção 2023 e do Plano de Migração 2023 ; e (ii) criar um novo plano de incentivo de longo prazo, com novos termos e condições e capaz de ser uma ferramenta de retenção e alinhamento de interesses dos acionistas, e da Companhia aos dos seus administradores e colaboradores chave.

Plano de Matching

A Companhia possuía um plano de outorga de ações aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021, denominado “Plano de Matching”. Este foi extinto em 17 de abril de 2025, ocasião em que o Conselho de Administração aprovou: (i) a transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, para o cumprimento das obrigações do referido Plano; e (ii) o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, para o seu atendimento integral.

(c) número máximo de ações abrangidas

Planos de Opção

- (i) Plano de Opção 2015: As opções outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de 8.326.580 ações ordinárias.
- (ii) Plano de Opção 2017: Outorgas de opções limitadas a 4.550.000 ações ordinárias.
- (iii) Plano de Opção 2023: A outorga que não pode exceder 7% da quantidade total de ações de emissão da Companhia, somadas as opções já outorgadas nos planos anteriores e no Plano de Migração. A quantidade máxima a ser outorgada para o Conselho de Administração é de 1,3% da quantidade total de ações de emissão da Companhia.
- (iv) Plano de Migração 2023: A outorga não pode exceder 70% da quantidade total de opções não exercidas outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Plano de Opções 2021.

- (v) Plano de Opção 2025: As opções não deverão exceder, em conjunto, 5,3% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de cada outorga.

Plano de Matching

Foi extinto em 17 de abril de 2025, conforme mencionado no item “a” acima.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

- (i) Plano de Opção 2015: As opções outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de 8.326.580 ações ordinárias.
- (ii) Plano de Opção 2017: Outorgas de opções limitadas a 4.550.000 ações ordinárias.
- (iii) Plano de Opção 2023: A outorga que não pode exceder 7% da quantidade total de ações de emissão da Companhia, somadas as opções já outorgadas nos planos anteriores e no Plano de Migração. A quantidade máxima a ser outorgada para o Conselho de Administração é de 1,3% da quantidade total de ações de emissão da Companhia.
- (iv) Plano de Migração 2023: A outorga não pode exceder 70% da quantidade total de opções não exercidas outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Plano de Opções 2021.
- (v) Plano de Opção 2025: As opções não deverão exceder, em conjunto, 5,3% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de cada outorga.

(e) condições de aquisição de ações

Planos de Opção

De maneira geral, o Conselho de Administração ou o Comitê de Gente, Gestão e Operações (“Comitê”), conforme o caso, definirá, sempre observando as diretrizes gerais do Plano de Opção: (i) os Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de exercício; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; (vii) períodos de vesting e hipóteses de antecipação; (viii) eventuais disposições sobre penalidades.

Ainda o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, deverá fixar os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato definirá o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições.

Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

No caso do Plano de Opção 2025, os Beneficiário deverão cumprir, ainda, a Condição de Serviço e a Condição de Performance, conforme o caso.

Plano de Matching

Não aplicável.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Planos de Opção

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e será baseado na média de preços de negociação das ações da Companhia na B3 em período a ser determinado pelo Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, no momento da outorga das opções.

O Plano de Opção 2025, por sua vez, prevê o preço de exercício das opções objeto deste plano é de R\$ 0,01 (um centavo) para cada 1 (uma) ação que o participante venha a receber em virtude do exercício das suas opções.

Plano de Matching

Não aplicável.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Planos de Opção

Conforme previsto nos Planos de Opção, os prazos de exercício serão definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, nos contratos a serem celebrados com os Beneficiários por ocasião da outorga das opções, e de acordo com os objetivos do Plano.

Caso as opções não sejam exercidas no prazo fixado em contrato, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções sem direito a qualquer indenização, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no Contrato por autorização do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, e sempre respeitando eventuais restrições à transferência das ações resultante do exercício das opções, se aplicável.

Os vestings poderão ser antecipados, integral ou parcialmente, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, em observância às situações especiais previstas no Contrato de cada Beneficiário.

Além disso, os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informação privilegiada aplicáveis às companhias abertas em geral, conforme legislação aplicável.

De tal forma, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários. A referida suspensão eventualmente imposta pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, terá vigência até que a causa que lhe deu origem seja sanada ou superada.

No caso do Plano de 2025, observadas as regras relativas ao Desligamento do Participante nos termos do Plano, para que as Opções outorgadas ao Participante se tornem exercíveis ("Opções Vestidas") (i) o Participante deverá estar vinculado à Companhia ou suas controladas, conforme o caso, em cada uma das datas do período de carência estabelecido pelo Conselho de Administração para cada outorga de Opções, sendo certo que o ciclo do período de carência não poderá ser inferior a 3 (três) anos, podendo as Opções se tornarem exercíveis de forma faseada ao longo de tal período ("Período de Carência") e, ainda, (ii) a Condição de Performance aplicável ao período, em questão deverá ter sido atingida, conforme apurada pelo Conselho de Administração, nos termos do Contrato de Opção. As Opções que

não tenham se tornado Opções Vestidas nos termos deste Plano e/ou do Contrato de Opção serão denominadas “Opções Não-Vestidas”.

Plano de Matching

Não aplicável.

(h) forma de liquidação

Planos de Opção

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e condições específicos para a liquidação das opções outorgadas aos Beneficiários em cada Contrato, sempre observando as diretrizes previstas no Plano de Opção.

Deve-se ressaltar que a parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados no Plano de Opção ou no Contrato será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

O preço de exercício da opção será pago pelos Beneficiários à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma estipulada pelo Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso.

No caso específico do Plano de Opção 2025, observadas as regras específicas previstas no referido Plano, o Conselho de Administração deverá apurar, a cada término de ciclo previsto durante o Período de Carência, conforme determinado no Contrato de Opção, o atingimento ou não da Condição de Performance aplicável para o período em questão. Uma vez verificado o atingimento da Condição de Performance, os Participantes deverão ser comunicados pela Companhia em até 10 (dez) dias e todas as Opções Vestidas detidas pelo Participante até aquela data serão automaticamente exercidas em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de verificação da Condição de Performance, em data a ser determinada pela Companhia, observados os termos e condições deste Plano, a menos que o Participante comunique expressamente à Companhia que não deseja exercer suas Opções Vestidas, em até 2 (dois) dias após o envio da comunicação de atingimento da Condição de Performance pela Companhia.

Plano de Matching

Não aplicável

(i) restrições à transferência das ações

Não há, além das dispostas na política de negociação de valores mobiliários da Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Planos de Opção

Os Planos de Opção preveem que o mesmo poderá ser alterado a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração, desde que observado: (i) a impossibilidade de aumento do limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; (ii) a impossibilidade de alteração ou prejuízos a quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo existente sobre opção de compra sem o consentimento do Beneficiário; e (iii) os Contratos a serem celebrados com os

respectivos Beneficiários, que deverão permanecer em vigor, de acordo com as suas cláusulas e condições.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Conselho de Administração determinará, a seu critério, a extinção ou continuidade do Plano, quando viável, efetivando, nesta última hipótese, os ajustes necessários para garantir sua continuidade.

No caso específico do Plano de Opção 2025, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados ao número de ações objeto de outorga de opções não exercidas e ao limite máximo de ações abrangidas, se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída em razão de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos.

Plano de Matching

Não aplicável.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Planos de Opção

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerá no Contrato se haverá antecipação do *Vesting* ou extinção das opções nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do Beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário.

No caso do Plano de Opção 2025, este poderá ter seus direitos ao recebimento das opções outorgadas total ou parcialmente modificados a depender dos termos de sua saída do cargo.

Plano de Matching

Não aplicável.

8.5 – Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Prevista para o Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	6,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,01	0,01	N/A	0,02
Perdas e expiradas durante o exercício social	-	0,01	N/A	0,01
Exercidas durante o exercício social	-	-	N/A	
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto	0,76%	1,42%	N/A	2,16%

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	6,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,01	0,01	N/A	0,02
Perdas e expiradas durante o exercício social	-	-	N/A	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	N/A	-
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto	0,76%	2,03%	N/A	2,76%

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	0,00	12
Nº de membros remunerados	5	7	0,00	12
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,01	0,01	N/A	0,02
Perdas e expiradas durante o exercício social	-	-	N/A	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	N/A	-
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto	0,76%	1,64%	N/A	2,38%

Exercício social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	7,00	0,00	13,67
Nº de membros remunerados	5,67	7,00	0,00	12,67
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,01	0,01	N/A	0,02
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto	0,800000	2,810000	N/A	3,61%

8.6- Outorgas de opções de compra de ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4	6
Nº de membros remunerados	4	6
Data de outorga	-	01/03/26
Quantidade de opções outorgadas	-	1.500.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	33% após 1 ano
		33% após 2 anos
		34% após 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	45 dias após o <i>vesting</i> .	45 dias após o <i>vesting</i> , caso o beneficiário tenha atendido às metas de performance.
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		1,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga		1.500.000,00

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00
Data de outorga	30/04/2025	30/04/2025
Quantidade de opções outorgadas	2.204.128	5.160.487
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	33% após 1 ano	33% após 1 ano
	33% após 2 anos	33% após 2 anos
	34% após 3 anos	34% após 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	45 dias após o <i>vesting</i> .	45 dias após o <i>vesting</i> , caso o beneficiário tenha atendido às metas de performance.
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	1,26	1,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.777.201,28	6.502.213,62

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
	N/A	N/A
	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,67	7,00
Nº de membros remunerados	5,67	7,00
Data de outorga	28/04/2023 e 11/12/2023	28/04/2023 e 11/12/2023
Quantidade de opções outorgadas	2.304.128	8.049.557
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% após 3 anos 25% após 4 anos 50% após 5 anos	25% após 3 anos 25% após 4 anos 50% após 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	45 dias após o <i>vesting</i> , caso o beneficiário tenha atendido às metas de performance aplicáveis até o quinto ano, ou em até seis anos após a outorga, caso o beneficiário ainda não tenha atendido às metas de performance no quinto ano, mas atenda a tais metas ao longo do sexto ano	45 dias após o <i>vesting</i> , caso o beneficiário tenha atendido às metas de performance aplicáveis até o quinto ano, ou em até seis anos após a outorga, caso o beneficiário ainda não tenha atendido às metas de performance no quinto ano, mas atenda a tais metas ao longo do sexto ano
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2,09, com relação às outorgas de 28/04/2023. R\$ 1,91, com relação às outorgas de 11/12/2023.	R\$ 1,51, com relação às outorgas de 28/04/2023. R\$ 1,46, com relação às outorgas de 11/12/2023.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 3.774.968,84 com relação às outorgas de 28/04/2023. R\$ 955.720,05, com relação às outorgas de 11/12/2023.	R\$ 11.318.853,34, com relação às outorgas de 28/04/2023. R\$ 728.583,61, com relação às outorgas de 11/12/2023.

8.7 - Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4	5
Nº de membros remunerados	4	5
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	2.204.128	5.933.139
Data em que se tornarão exercíveis	33% em 30/04/2026 33% em 30/04/2027 34% em 30/04/2028	33% em 30/04/2026 33% em 30/04/2027 34% em 30/04/2028
Prazo máximo para o exercício das opções	45 dias após o <i>vesting</i> .	45 dias após o <i>vesting</i> , caso o beneficiário tenha atendido às metas de performance.
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	1,26	1,26
Valor justo das opções no último exercício social	2.777.201,28	7.475.755,14
Opções exercíveis		
Prazo máximo para o exercício das opções		
Prazo de restrição à transferência das ações		
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último exercício social	-	-
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	-	-

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações, com entrega sob a forma de ações.

8.10 - Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações, com entrega sob a forma de ações.

8.11 - Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11

(a) modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opção e que tenham período de carência é precificado conforme as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações.

O valor justo para o Plano foi calculado na data de outorga de cada Plano e ajustado de acordo com cada aditamento, quando aplicável, com base no modelo de precificação como método “Monte Carlo”.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano	Data da outorga	Valor justo	Preço da Ação	Preço de exercício	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Retorno de dividendos
2015	01/10/2020	0,59017	3,52	4	38,47%	0,12%	0,00%
2017	09/11/2017	1,9683	8,71	8,39	37,32%	4,88%	0,00%
2017	21/12/2018	2,40699	6,99	6,75	41,11%	7,74%	0,00%
2023	28/04/2023	1,5000	2,1	0,01	51,59%	5,15%	0,00%
2023	11/12/2023	1,9100	1,92	0,01	59,76%	10,25%	0,00%
2025	30/04/2025	1,26	1,27	0,01	45,73%	13,32%	0,00%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que não foram incorporados efeitos esperados de exercício antecipado no cálculo do valor justo das opções de compra de ações da Companhia.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada considera a volatilidade média das ações dos últimos três exercícios sociais.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características importantes da opção de compra de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia em ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, naquela data, os membros de tais órgãos não possuíam quaisquer ações de emissão de controladas da Companhia.

Dados de 31/12/2025

Órgão	Ações de emissão da Companhia	
	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	2.975.610	1.04%
Conselho Fiscal	0	0,00

8.14- Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15 – Remuneração mínima, média e máxima –
Valores anuais

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	6,0	6,50	6,67	55	5,58	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros Remunerados	5,0	5,50	5,67	5	5,58	7,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	R\$276.000,00	R\$276.000,00	R\$862.121,49	R\$ 5.292.415,57	R\$ 5.292.415,57	R\$ 6.306.063,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor da menor Remuneração (Reais)	R\$276.000,00	R\$276.000,00	R\$264.000,00	R\$ 1.520.604,63	R\$ 1.520.604,63	R\$ 1.513.931,67	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor médio da Remuneração (Reais)	R\$276.000,00	R\$ 470.446,73	R\$425.703,42	R\$ 4.145.588,29	R\$ 4.145.588,29	R\$ 2.442.258,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária
	Observação
31/12/2025	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2024	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2023	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

	Conselho de Administração
	Observação
31/12/2025	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2024	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2023	Número de membros remunerados calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Para determinados membros da Diretoria da Companhia, o mecanismo utilizado em caso de destituição sem justa causa é a indenização com o pagamento de remuneração que pode variar de 3 a 6 salários, a qual é determinada contratualmente e consiste em um valor fixo estipulado individualmente em cada contrato.

Não há mecanismos formais de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de aposentadoria.

8.17 - Percentual da remuneração de partes relacionadas dos controladores na remuneração

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía acionista controlador.

8.18 - Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores ou de membros do Conselho Fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de tal reconhecimento no exercício social corrente.

8.19 - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão

Exercício social corrente 2026 – Remuneração prevista em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	276.000,00	N/A	N/A	276.000,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social de 2025 – Remuneração prevista em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	289.200,00	N/A	N/A	289.200,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social de 2024 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	276.000,00	N/A	N/A	276.000,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social de 2023 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	264.000,00	N/A	N/A	264.000,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Adicionalmente, não houve nos três últimos exercícios e não há previsão para o exercício social corrente de remuneração reconhecida no resultado de controladas, controladores ou sociedades sob controle comum para os administradores da Companhia que não em função do exercício do cargo na Companhia.

8.20 - Outras informações relevantes

Os valores de remuneração dos Administradores da Companhia apresentados nos quadros do Item 8.2 representam os valores efetivamente pagos aos Administradores da Companhia. Esses valores, podem diferir dos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, que por sua vez, levam em conta a melhor estimativa na data-base das respectivas Demonstrações Financeiras, além de ajustes referentes a estas estimativas, quando aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, nos termos do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP os valores de remuneração dos administradores apresentados nesta Seção 8 são divulgados líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador.